

Conheça o Challenger 2, o carro de combate principal que o Reino Unido está mandando para a Ucrânia

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 17 de janeiro de 2023

O Reino Unido decidiu enviar 14 unidades do Challenger 2, o suficiente para mobiliar um Esquadrão de Carros de Combate, para o exército ucraniano.

O Challenger 2 começou a operar no exército britânico na segunda metade da década de 1990, tendo sido empregado na Bósnia e no Kosovo, além da invasão do Iraque, em 2003.

É um carro pesado, de 62,5 toneladas, armado com um canhão 120 mm capaz de empregar tanto munições de energia cinética (flecha), quanto munições explosivas, além de duas metralhadoras 7,62 mm, uma coaxial e outra de emprego geral. A aparelhagem de pontaria óptica e termal, disponíveis tanto para o atirador do carro quanto para o comandante, são integradas à torre estabilizada, que permite um rápido engajamento dos alvos. O motor diesel Perkins CV12 de 12 cilindros e 1.200 hp, com uma caixa de câmbio David Brown TN54, fornecem seis marchas à frente e duas marchas à ré.

Em maio de 2021, o Ministério da defesa do Reino Unido fechou um contrato de £ 800 milhões com a Rheinmetall BAE Systems Land (RBSL) para atualizar 148 Challenger 2 para o exército britânico. O veículo atualizado, a ser chamado de Challenger 3, será um carro de combate principal “digital, habilitado para combate em rede, com letalidade de última geração, capacidade de sobrevivência atualizada, além de recursos de aquisição de alvos de última geração.



A nova aliança militar entre EUA, Reino Unido e Austrália

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 17 de janeiro de 2023

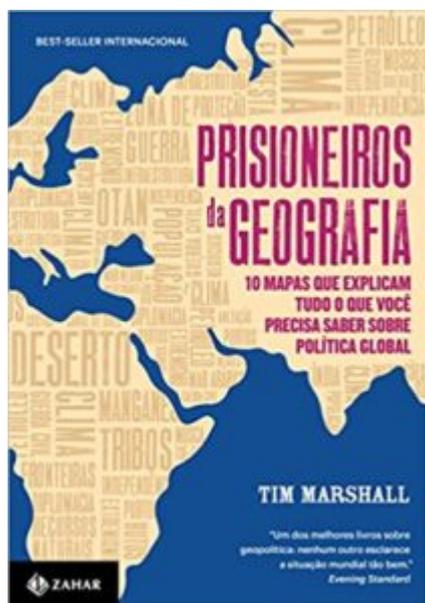
No dia 15 de setembro, um pronunciamento feito pelo presidente Joe Biden, com a participação virtual dos primeiros-ministros britânico, Boris Johnson, e australiano, Scott Morrison, causou protestos da China e indignação na França: EUA e Reino Unido acordavam em repassar para Austrália a tecnologia necessária para a produção local de submarinos de propulsão nuclear.

Os protestos chineses são compreensíveis. Afinal, embora o nome da China não tenha sido citado em nenhum momento, é óbvio que a posse de submarinos nucleares pela Austrália tem a finalidade de conter a emergente potência asiática, detentora da maior Marinha do mundo em quantidade de meios navais e cada vez mais assertiva em suas ações no Mar do Sul da China.

Aquela porção do Oceano Pacífico, que vai de Cingapura a Taiwan, é o palco da disputa entre a China e os países da região, envolvendo a exploração econômica dos recursos marinhos, a posse de centenas de pequenas ilhas e o acesso ao Oceano Índico via Estreito de Málaca.

Submarinos de propulsão nuclear são armas poderosíssimas. Enquanto um submarino convencional tem sua permanência submersa limitada, necessitando subir à superfície para recarregar suas baterias, um submarino nuclear pode ficar muito mais tempo submerso. Na prática, este tempo é limitado pela capacidade física e psicológica das tripulações e pelo estoque de víveres disponível. É muito mais rápido que o convencional e incomparavelmente mais furtivo, ou seja, de detecção muito mais difícil pelo inimigo. Uma flotilha de submarinos nucleares australianos navegando sob as águas do Mar do Sul da China seria um pesadelo para os militares chineses.

[Sugestão de Leitura – compre na Amazon](#)



[Autor – Tim Marshall](#)

Mas, se a reação chinesa podia ser esperada, a reação da França talvez tenha surpreendido norte-americanos, australianos e britânicos. O ministro das Relações Exteriores

francês, Jean-Yves Le Drian, qualificou o acordo como “brutal” e uma “facada nas costas”. O presidente francês, Emmanuel Macron, determinou que os embaixadores franceses nos EUA e na Austrália fossem à França, “para consultas”. Como se sabe, essa é uma forma de expressar um profundo descontentamento. As razões francesas são predominantemente comerciais. O país havia firmado um acordo com os australianos para a venda de submarinos convencionais, no valor de US\$ 66 bilhões. Agora, o acordo foi desfeito. Um enorme prejuízo. Mas esta não é a única causa de descontentamento. A França é uma aliada histórica dos EUA. Aliás, foi o primeiro país com quem os norte-americanos firmaram uma aliança militar, em 1778, quando os franceses com eles ombrearam contra os ingleses na guerra pela independência. Hoje, é um importante membro da Otan. Ao serem surpreendidos pelo acordo, os franceses se sentiram traídos.

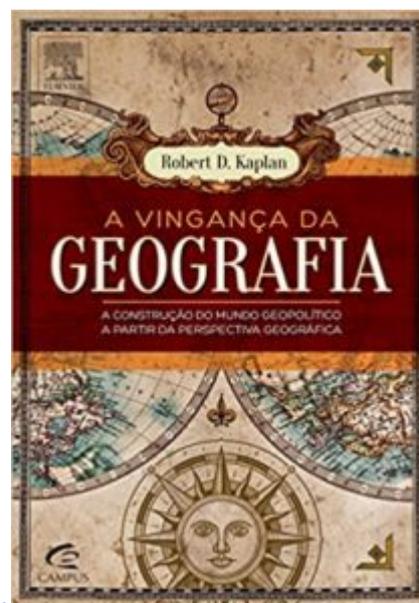
O movimento de norte-americanos e britânicos, ocorrido imediatamente depois da completa e traumática retirada dos EUA e aliados do Afeganistão, emite sinais claros para toda a comunidade internacional. Os EUA mostram que o seu foco prioritário passa a ser a China e que o país não medirá esforços para conter aquele que considera ser o seu maior adversário geopolítico neste século 21. O Reino Unido, por sua vez, depois do Brexit, demonstra seu alinhamento prioritário com os EUA e reforça sua intenção de se manter relevante do ponto de vista geopolítico. Trata-se de uma ação dentro da Estratégia Global Britain, lançada por Boris Johnson, que vê o Reino Unido desvencilhado da Europa, como uma das mais influentes nações do planeta.

É interessante notar que a aliança entre EUA, Reino Unido e Austrália foi anunciada ao mesmo tempo que o Japão faz seu maior exercício militar em 30 anos, empregando cerca de 100 mil militares, em meio a um aumento das tensões com a China em torno da posse das ilhas Senkaku, que os chineses consideram suas e chamam de Diaoyu Dao. Note-se, também, que o Japão

acaba de anunciar um acordo militar com o Vietnã, que envolve a realização de exercícios militares conjuntos entre os dois países e exportações de materiais de emprego militar dos japoneses para os vietnamitas.

Ao mesmo tempo que os EUA e seus maiores aliados no Indo-pacífico adotam atitudes cada vez mais assertivas no sentido de conter a China, esta se movimenta na direção contrária, projetando seu poder em direção ao Ocidente. Isso fica claro, por exemplo, quando China e Rússia aceitam o Irã como membro pleno da Organização para Cooperação de Xangai ou na assertividade com que o país se comporta em relação ao Afeganistão, ocupando o vácuo deixado por EUA e seus aliados.

“Na briga entre o mar e o rochedo, é o marisco que apanha”, diz o dito popular. O sistema internacional passa por um momento de reacomodação, no qual os movimentos de chineses e norte-americanos exigirão muita atenção dos demais países, que devem estar atentos para não verem comprometidos seus próprios interesses estratégicos. Ninguém está a salvo deste embate, nem mesmo o Brasil, na (distante) América do Sul.



[Sugestão de Leitura – compre na Amazon](#)

[Autor – Robert Kaplan](#)

Como os britânicos veem seu papel no mundo em 2030 – e como estão se preparando para exercê-lo

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 17 de janeiro de 2023

O Reino Unido acaba de divulgar um documento cuja leitura considero muito importante, fundamental mesmo, para quem se dispõe a compreender o jogo que as grandes potências estão a disputar na arena internacional. Nele, são apresentadas as revisões das políticas integradas de defesa e segurança, relações internacionais e desenvolvimento da Grã-Bretanha [\[1\]](#).

O documento tem, na introdução, a visão do Primeiro-Ministro Boris Johnson para o Reino Unido no ano de 2030. Em resumo, trata-se de uma visão otimista sobre o papel de seu país no mundo, que enxerga o Reino Unido como uma das mais influentes nações do planeta, com uma economia forte e que, em razão da ênfase na adoção de inovações científicas e tecnológicas, estará mais bem equipada para enfrentar um mundo ainda mais competitivo.

Johnson entende que o Reino Unido deverá exercer um papel mais ativo como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU na defesa de uma ordem internacional que ele acredita ser a mais adequada à humanidade. Enfatiza o papel do país na defesa do livre mercado internacional, na defesa dos direitos humanos e das normas internacionais. Reforça que a influência do país será amplificada pelas alianças e parcerias com outros países, dentre os quais ressalta os Estados Unidos da América.

Destaca ainda que o Reino Unido continuará a ser o principal aliado europeu dentro da OTAN. Enfatiza que, como uma nação europeia, os britânicos estarão comprometidos com a segurança Euro-Atlântica, mas que o Reino Unido deverá ter respeitada a sua soberania, fazendo as coisas de forma diferente da União Europeia, econômica e politicamente, quando isso for do interesse do país.

O Primeiro-Ministro prossegue, enfatizando a importância do Indo-Pacífico, região com a qual os britânicos estarão crescentemente engajados economicamente. Também faz referência à África, em especial ao oeste africano, citando nominalmente a Nigéria. Cita ainda o Oriente Médio e os países do Golfo Pérsico, que, segundo Johnson, receberá apoio para ser cada vez mais autossuficiente para prover sua própria segurança.

[Conheça a lista de leitura que preparei na Amazon](#)

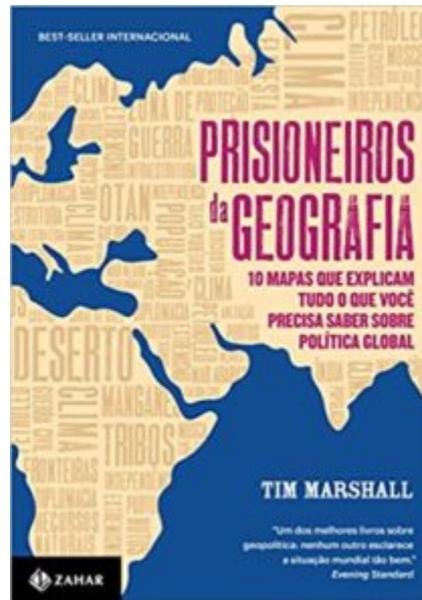


Ainda de acordo com Johnson, em 2030, o Reino Unido liderará as economias do mundo na chamada economia verde, como parte dos esforços mundiais para lidar com as mudanças climáticas e a diminuição da biodiversidade. O país será reconhecido como uma superpotência científica e tecnológica e será vanguarda na regulação global sobre tecnologia, cibernética, e proteção de dados.

O documento, após apresentar a visão de futuro esperada pelo Primeiro-Ministro, se debruça sobre as estratégias que o país deverá adotar para que tal cenário seja construído: 1) adotar a Ciência e Tecnologia como um aspecto central para a segurança nacional e para a política internacional do país; 2) moldar a ordem internacional, criando um mundo favorável às democracias e aos valores universais (sic); 3) fortalecer a defesa e a segurança no próprio Reino Unido e no mundo; e 4) aumentar a resiliência, tanto no Reino Unido quanto no mundo, contra ameaças imprevisíveis como grandes desastres naturais

ou ataques cibernéticos.

[Sugestão de leitura – compre o livro na Amazon](#)



[Autor – Tim Marshall](#)

As quatro estratégias apresentadas implicarão em algumas ações estratégicas. Uma será a busca de posições de liderança em organismos multilaterais, com o objetivo de influenciar as regulações internacionais, especialmente na governança do mundo digital. Outra será a busca pela liderança global para que o mundo atinja a marca de neutralidade nas emissões de carbono no ano de 2050. Proteger os interesses do Reino Unido no domínio espacial, inclusive com a criação de um Comando Espacial, é mais um exemplo.

A região do Indo-Pacífico e a China recebem uma grande atenção no documento. O país buscará desenvolver capacidades que sejam voltadas para lidar com um mundo em que a China ganhará cada vez mais importância em múltiplos aspectos da vida dos cidadãos britânicos.

Essas estratégias consideram que há quatro tendências principais para as mudanças no mundo na próxima década: 1) mudanças geopolíticas e geoeconômicas; 2) intensificação da competição no sistema internacional; 3) rápida mudança

tecnológica; e 4) desafios transnacionais, ou seja, que afetam toda a humanidade, como as mudanças climáticas.

Assim, os britânicos reconhecem que, em 2030 o mundo será mais multipolar e que o centro de gravidade econômico e geopolítico do mundo terá se transferido para a região do Indo-Pacífico. Atores não estatais, como grandes companhias de tecnologia, terão um papel geopolítico até então inédito.

Essa multipolaridade intensificará a competição, que será ainda mais complexa pela presença de atores não estatais. Haverá a competição ideológica, entre sistemas políticos, e pela primazia na influência sobre a regulação do sistema internacional, especialmente no que concerne às novas tecnologias e ao uso do espaço.

O ambiente doméstico e internacional, de acordo com o cenário apresentado, ficará menos seguro, com a proliferação de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares (QBRN); armas convencionais mais avançadas e novas tecnologias militares. O documento destaca que, entre 2016 e 2019, o mundo testemunhou a maior quantidade de conflitos armados internacionais desde 1946 e que esta tendência deve se manter até 2030.

A ciência e a tecnologia desempenharão um papel crucial no contexto estratégico. Serão críticas para o funcionamento das sociedades e da economia, sendo, por isso mesmo, arena de intensa competição interestatal e não-estatal. Também criarão vulnerabilidades representadas por ataques aos domínios espacial e cibernético. A disseminação de desinformação online continuará a minar a coesão nacional, o sentido de comunidade e a própria identidade nacional, na medida em que as pessoas estarão cada vez mais expostas ao mundo virtual. Além disso, as ameaças à privacidade das pessoas, bem como às liberdades individuais, serão crescentes.

O documento prevê que a pandemia da COVID-19 não será a única crise global da década de 2020. As mudanças climáticas e a

diminuição da biodiversidade causarão instabilidade e migrações em massa. O documento afirma ainda que, se nada for feito para a redução das emissões de carbono, o mundo sofrerá um crescimento no aquecimento global da ordem de 3,5° C até o fim do século. Isso causará ainda mais efeitos extremos como tempestades, ondas de calor, inundações etc. Doenças infecciosas causadas por zoonoses tendem a aumentar na medida em a população mundial aumenta e a busca por novas áreas agrícolas causa desequilíbrios nos habitats animais. Assim, outra pandemia na década de 2020 seria, conforme a publicação, uma possibilidade realística.

O terrorismo, doméstico e internacional, será crescente, em função de diversas causas materiais e se manterá sendo uma grande ameaça para o Reino Unido e para diversos outros países do mundo. O documento considera bastante provável que até 2030 ocorra um atentado terrorista bem-sucedido utilizando armas QBRN.

Traçadas as estratégias para que, enfrentando as ameaças mundiais da próxima década, se construa o cenário desejado pelo Primeiro-Ministro, o documento passa a listar uma série de ações governamentais a serem adotadas.

Aqui, vou me concentrar apenas nas relacionadas ao campo militar que considere mais relevantes. O documento lista muitas outras.

Os britânicos reafirmam sua presença militar não só na defesa do próprio território, mas fazem questão de enfatizar a importância dos seus territórios além-mar: Gibraltar, Ilhas Falklands (Malvinas) e suas possessões no Atlântico, Índico e Caribe.

Reafirma-se a importância da OTAN para a segurança coletiva da Europa. Para isso, os britânicos pretendem aumentar seus gastos de defesa em cerca de US\$ 33 bilhões (24 bilhões de libras) nos próximos 4 anos, elevando-os para 2,2% do PIB e

mantendo-se como maior contribuinte europeu para a OTAN.

O Reino Unido modernizará seu arsenal, com armas nucleares, armas de ataque de precisão, caças de 5ª geração e armas cibernéticas ofensivas. A marinha britânica aumentará sua presença no Indo-Pacífico, a começar ainda neste ano de 2021, quando o porta-aviões HMS Queen Elizabeth liderará uma Força-Tarefa aeronaval multinacional em operações no Mediterrâneo, Oriente Médio e Indo-Pacífico.

O país também investirá em sua capacidade dissuasória independente, aumentando seu arsenal nuclear. Em 2010, o Reino Unido havia decidido reduzir o total de ogivas, de 225 para 180, número que seria atingido em meados da década de 2020. Agora, o país mudou a política. Ao invés de proceder a redução, aumentará seus estoques para um total de 260 ogivas. É interessante notar que é a primeira vez que ocorre um aumento no arsenal nuclear britânico, desde o fim da Guerra Fria.

Como se vê, o documento tornado público pelo governo britânico mostra que o país compreende as mudanças globais nas quais está inserido e conclui que sua posição está sob desafio de uma nova ordem mundial que emerge do oriente. O diagnóstico, a visão de futuro e a estratégia para implementá-la mostram que o país não está disposto a ver desafiado seu status de potência regional com grande influência global.

Reafirmo a importância que atribuo à leitura do documento, para que reflitamos também sobre nosso papel no sistema internacional, sobre nossas aspirações para o futuro e sobre que lugar no palco internacional almejamos deixar nosso país para as futuras gerações de brasileiros.

[1] Disponível em <https://www.gov.uk/government/publications/global-britain-in-a-competitive-age-the-integrated-review-of-security-defence-development-and-foreign-policy/global-britain-in-a->

O BREXIT E A SEGURANÇA DA EUROPA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 17 de janeiro de 2023

A novela do BREXIT finalmente chegou ao seu final. Desde o dia 31 de janeiro, o Reino Unido não faz mais parte da União Europeia. Em uma análise superficial, o BREXIT não afetaria a segurança do continente. Porém, creio que ele é mais um fato que se soma ao crescente protagonismo russo, às ameaças terroristas, à crise imigratória, à ascensão chinesa e à presidência de Donald Trump nos EUA, conformando uma nova realidade para a segurança daquela região.

A arquitetura da segurança europeia baseia-se na Organização para o Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O coração do tratado é o seu Art 5º: *“Um ataque armado contra um ou mais países membros será considerado uma agressão contra todos”*. Para os países europeus, desde a criação da Aliança, em 1949, a presença dos EUA serve como um seguro valioso. Afinal, é bastante reconfortante saber que uma agressão ao seu território equivale a uma agressão ao território norte-americano e, em razão disto, ensejará uma reação da maior potência militar do planeta. Essa situação confortável, aliada ao fim da guerra fria e à sensação de que as ameaças à Europa estavam bastante minimizadas, levou muitos países europeus a diminuir drasticamente seus investimentos de defesa. A Alemanha, por exemplo, desde 1998 não gasta 2% do PIB com defesa. O mesmo ocorre com Itália, Espanha e outros 17 (de um

total de 29) países da aliança.

Entretanto, a realidade atual é bastante diferente daquela do pós-guerra, que motivou a criação da Aliança, ou mesmo do “pós-guerra fria”, até a primeira década do século 21, antes das ações militares russas na Geórgia e na Ucrânia, com a anexação da Criméia, ou do crescimento exponencial da importância da Ásia na geopolítica mundial, ou da postura mais isolacionista, do “America First”, adotada pelo Presidente Donald Trump.

Uma série de acontecimentos alertam os estrategistas e líderes europeus, a ponto de o Presidente francês ter declarado, por ocasião da cúpula dos 70 anos da OTAN, que a Aliança vivia uma “morte cerebral”. Em primeiro lugar, o crescimento de forças centrífugas na Europa, à exemplo do BREXIT, dificultando a definição de objetivos, ações, estratégias e políticas comuns e em proveito de todo o continente. Em segundo lugar, o crescimento do protagonismo russo, demonstrado pela crescente desenvoltura em atuar, inclusive militarmente, de acordo com os seus interesses, no leste europeu, no norte da África e no Oriente Médio. Acrescente-se em terceiro lugar a desconfiança em relação à postura dos EUA, que age cada vez mais unilateralmente, como quando denunciou o tratado nuclear com o Irã, à revelia de França, Alemanha e Reino Unido, ou quando o país abandonou o tratado firmado com os russos, para eliminação de mísseis nucleares de curto e médio alcance, o que levou os russos a também denunciarem o acordo. Este fato é especialmente desfavorável aos Europeus, que se veem repentinamente obrigados a encarar a realidade de que a vizinha Rússia está novamente à vontade para produzir mísseis nucleares que alcancem a Europa. Uma quarta razão para o desconforto europeu é a pressão exercida pelos EUA para que os demais países da OTAN aumentem seus gastos em defesa, deixando implícita a mensagem de que eles devem caminhar com suas próprias pernas, dependendo menos dos norte-americanos.

Os EUA, percebendo a desconfiança aliada, age por intermédio

de seu estamento militar procurando reafirmar seu compromisso com os Europeus. O país executa, a partir deste mês e até julho, o maior exercício de desdobramento de tropa em continente europeu, partindo dos EUA, dos últimos 25 anos. O terceiro maior em toda a história. É o "*Defender Europe*". Cerca de 20 mil homens e equipamentos cruzarão o Atlântico para participar das manobras. Outros 17 países europeus participarão do exercício, inclusive o Reino Unido, que enviará cerca de 2,5 mil homens. A presença britânica, com um efetivo significativo, também deve ser lida como uma mensagem de manutenção do compromisso do país com a OTAN, apesar da separação da União Europeia.

Governos tendem a se preocupar com defesa somente quando impelidos pela necessidade. Especialmente em sociedades democráticas, que tendem a priorizar necessidades mais prementes do que manter dispendiosas forças armadas. Ocorre que capacidades militares, quando perdidas, levam muito tempo para serem restabelecidas. Os europeus terão que decidir, em breve, se continuarão a basear grande parte de sua segurança nas capacidades militares norte-americanas, ou se partirão para o desenho de um modelo mais genuinamente europeu.

E se for essa a escolha, caberá ainda mais um enorme desafio. A segurança será baseada em um "exército da comunidade europeia", de uma Europa politicamente integrada de fato, ou o BREXIT indicará uma tendência centrífuga de retorno à valorização das soberanias nacionais, onde cada Estado volte a gerar suas próprias capacidades de defesa? A resposta virá, inevitavelmente, nos próximos anos.